

ANAIS DO
IV SIMPÓSIO NACIONAL DOS PROFESSORES
UNIVERSITÁRIOS DE HISTÓRIA

Organizado pelo PROF. EURÍPEDES SIMÕES DE PAULA

COLONIZAÇÃO E
MIGRAÇÃO

XXXI

Coleção de *Revista de História* sob
a direção do Prof. Eurípedes
Simões de Paula.



São Paulo
1969

SISTEMA ECONÔMICO-SOCIAL E EMIGRAÇÃO.

(Portugal às vésperas de sua expansão ultramarina e movimentos migratórios do Nordeste do Brasil (*)).

CÉLIA FREIRE A. FONSECA

da Faculdade de Filosofia da Universidade Federal de Pernambuco (PE).

Um dos aspectos mais comuns a ser considerado quando se constata movimentos gerais de emigração é o aspecto demográfico, a taxa de crescimento e o problema dos excedentes de população. Como toda verdade em História, o conceito sobre excedentes de população é também relativo a um tempo e espaço determinados. Sabemos estar esta faceta da ciência histórica ligada à concepção individualizadora das Ciências Culturais, dada suas características específicas e complexidade dos fatos sociais que não podem ser examinados fora da totalidade do seu mundo circundante. Nem por isso, deixa a constatação de certos movimentos e fatos, quando em estudos aplicados, de nos surpreender por certas contradições marcantes, sobretudo se os critérios considerados, ora num sentido, ora em outro, fôsem aceitos de maneira integral. Assim a questão demográfica em certos movimentos migratórios, na Europa ou dentro do Brasil, apresenta aspectos menos estudados porque constituem mais causa que acontecimento. Entre estes aspectos, têm-se insistido pouco na análise da organização econômico-social como causa das mais efetivas dos movimentos gerais de emigração, apesar de assinalados e não ignorados. Dêsse aspecto nos ocupamos porque, direta ou indiretamente, interessa à nossa História e mesmo pode contribuir para melhor compreensão de certos desajustes atuais, expresso em movimentos migratórios de importância nacional, econômica, social e política. Movimentos que refletem, não um excesso propriamente de população mas uma incapacidade de absorção e aproveitamento dos indivíduos válidos, dispostos e desejosos de trabalhar, por parte da região e organização econômico-social da nação. Essa incapacidade de aproveitamento de sua disponibilidade em força do trabalho, importantíssimo fator para

(*) . — Comunicação apresentada na 3a. sessão de estudos, no dia 5 de setembro de 1967 (*Nota da Redação*).

a produção e riqueza das regiões, atinge de modo mais direto às classes menos favorecidas devido a menor ou impossível preparação técnica em locais de limitações tão nítidas. Revela, também, arcaica organização e incapacidade de adaptação em ritmo conveniente às novas condições vigentes, sobretudo na época posterior à revolução industrial ou, em época mais antiga, uma impossibilidade de maior desdobramento que o apresentado. Examinaremos dois movimentos em duas épocas da História: o reino de Portugal às vésperas e na fase das navegações (século XV e XVI), e o Nordeste do Brasil desde a colonização até os dias atuais.

A emigração no reino português parece-nos mais ligada à impossibilidade de maior desdobramento do sistema econômico-social do que a um excesso de população. Precedeu-a a fuga dos campos, fenômeno mais ou menos europeu, com o advento das cidades e desenvolvimento da vida comercial e marítima. Acentuou esta tendência a troca de dinastia — aspecto da crise que se apresentara desde o reinado de D. Fernando — e início das grandes navegações. Poderíamos, aliás, encontrar aspectos semelhantes na expansão européia que vinha desde as Cruzadas, em que as mesmas contradições quanto a um “excesso” de população se apresentam, caso não se analise mais profundamente o problema. O fato é que êsse excesso só existe face à organização em muitos de seus aspectos ainda feudais, a revolução técnica apenas esboçada, exprimindo-se o antigo sistema sobretudo em relação à posse das terras e vida rural, com o problema dos camponeses sem propriedade nem trabalho mínimamente compensador. Não importa que o sistema feudal estivesse em desagregação ou em desaparecimento em muitas regiões e já não se apresente totalizante onde ainda perdura, nem esqueçamos as crescentes transformações gerais, renascimento de cidades e formação de novos centros, inclusive manufatureiros, comerciais e marítimos. Cabe perguntar se, de fato, havia excesso de população e, após a tremenda devastação trazida pelas pestes que no século XIV assolaram mais ou menos toda a Europa, a população não só se recompusera como se apresentava número exagerado de indivíduos ou, ao contrário, apesar da falta de braços, a estrutura econômico-social e a técnica existente não era incapaz de fixar êsses braços em suas regiões natais. Poder-se-ia objetar que as cidades, manufaturas e comércio eram incentivadas pelo também crescente poder real e esboço mais marcante dos grandes estados nacionais, observando-se mesmo uma política comercial nacional ensaiada pelos reis, renunciando o futuro mercantilismo, nessa proteção maior dada aos mercadores e mercados de seus reinos. Em Portugal mesmo, apesar da crise que se amplia, D. Fernando tomou medidas de incentivo ao comércio

marítimo, algumas de grande avanço para a época como a relativa ao seguro marítimo (1), mas isso não significava iniciativa de reforma à estrutura agrária tradicional que, ao contrário, era reforçada com leis severas para fixar os camponeses à terra. Essa contradição, não só nas medidas ensaiadas por D. Fernando como por outros reis, mostra apenas que o incentivo às navegações e ao comércio, se era compreensão das possibilidades da nova classe burguesa e das transformações ocorridas, não incluía absolutamente idéia de reforma no sistema tradicional agrário, institucional ou político, mas até uma válvula de escape para sua manutenção. Esta atitude de aceitação de um novo tipo de riqueza e poder não excluía também a preocupação pela produção agrícola e seus problemas, o que se vê na Lei das Sesmarias que promulgou o último monarca da dinastia de Borgonha. O rei D. Fernando tentava amenizar a crise agrícola e, apesar do maior peso recair sobre a massa de camponeses porque pretendia obrigá-los à faina nos campos sem permitir a valorização do seu trabalho, também tentava obrigar os proprietários ao aproveitamento efetivo de suas terras. Aliás, as leis coercivas para os trabalhos agrícolas e para manutenção dos antigos salários apesar da alta geral dos preços, já vinha desde os tempos de D. Afonso IV (2). Na verdade, D. Fernando, apesar dos erros de sua política externa e de ter provocado perigoso escândalo com o casamento com D. Leonor, catalizando queixas contra o trono, revelou compreensão de muitos problemas e tendências de sua época, embora não tivesse podido resolver a crise que se avolumava em Portugal, nem fôsse possível alcançar soluções mais amplas do que aquelas que ensaiou. E o Mestre de Avis, apesar da Revolução que o colocou no trono e da guerra civil que venceu, não ensaiaria soluções internas mais amplas — o que confirma a impossibilidade e, talvez, oportunidade das mesmas. A classe preparada para participar do poder era, na ocasião da subida de D. João I ao trono, a burguesia, e só em função dela é que as leis de fixação do homem rural ao campo eram em grande parte anuladas, pelo mecanismo natural da proteção dada ao comércio e à vida marítima. D. João I não inovou uma política comercial e marítima que desde a dinastia anterior vinha se desenvolvendo, por força mesmo do desenvolvimento das cidades costeiras de Portugal, atlântico, tão bem colocado em relação ao florescente comércio marítimo entre o Mediterrâneo e o Báltico, desde os fins da Idade Média. D. João não fez mais que continuar e acentuar essa

-
- (1). — Fernão Lopes, *Crônica de D. Fernando*, prefácio de Torquato de Souza Soares, capítulo XCI, Livraria Clássica Editôra, Lisboa, 1945.
 - (2). — Virgínia Ráu, *Sesmarias medievais portuguesas*, Lisboa, 1946, pp. 63-64; Ezequiel de Campos, *O enquadramento geo-econômico da população portuguesa*. 2ª edição ampliada da revista "Ocidente", Lisboa, 1945, p. 53.

política, com a aceleração que as transformações já mais avançadas e o progresso de épocas mais recentes requeriam, por força mesmo do desenvolvimento natural trazido pelas mudanças. A dinâmica da Revolução e a consolidação da classe burguesa após a vitória, bem como a impossibilidade de melhor recompensar os guerreiros e as dificuldades do povo o aconselhariam a maior apoio à política marítima. Haveria então outro caminho para a paz interna? O caminho que seguiu teria, talvez, evitado mesmo uma guerra civil profunda, uma vez que o malestar de fundo econômico-social perdurava entre as gentes de ofício e o trabalhador sem especial qualificação, isto é, a maioria da população mas não só entre estes. Que seria da paz interna do Reino, não podendo atender ao desejo de propriedade e recompensa dos guerreiros, desde que a confiscação e transferência das terras dos que tinham ficado ao lado da herdeira legítima não era suficiente para o número de nobres e correligionários guerreiros do Mestre de Avis? A Reconquista terminada e não sendo conveniente distúrbios de fronteira com Castela, onde compensar com os saques e despojos dos inimigos os ardores e as cobiças dos guerreiros armados? Não fôsem as esperanças e talvez miragens, como querem alguns grandes historiadores portugueses, que empolgou a todos e desviou sobre os infieis as armas e os braços dos homens que o território pátrio não podia absorver, e convulsões imprevisíveis seriam de esperar. Por isso é que, sangria ou não de homens e recursos do reino português, foram as cruzadas e emprêsas comerciais na África e as navegações o caminho que conservou o equilíbrio interno e deu glória imperecível a Portugal, sem o qual não ocuparia lugar obrigatório na História Universal.

O problema, no entanto, de excedentes de população só pode ser considerado em relação à organização econômico-social, com suas implicações políticas. Assim, apesar da sangria que já se sabia inevitável, a política de conquistas e emigração, agravada depois com a descoberta do Brasil, foi adotada.

Que o reino não tinha população suficiente para uma política ultramarina e havia consciência disso vê-se bem pelo resultado da consulta que o Rei fez aos Grandes do reino, por ocasião dos planos sobre a expedição a Tânger. Basta ver o que escreve o Infante D. Pedro, futuro Regente, ponderando que, mesmo se fôsem tomados Tânger, Alcácer, Arzila,

“queria, Senhor, saber que lhe farieis; porque povoardê-las com reino tão despovoado e tão minguido de gente como é este vosso, é impossível; e se o quisésseis fazer seria torpe comparação, como de

quem perdesse boa capa por mau capelo; pois era certo perder-se Portugal e não se ganhar a África” (3).

Fôra ainda o mesmo Infante que, pouco mais de dez anos após a tomada de Ceuta, classificava a conquista como

“sumidouro de gente, de armas e de dinheiro” (4).

Mas, quando Regente, apoiaria o Infante D. Henrique na sua política de navegações, o que mostra, talvez, que não havia outra opção. O que, parece, não se podia sequer cogitar, portanto não havia possibilidade alguma de ser realizada nem esboçada, era uma reforma radical sobre o regime de propriedade da terra e decidida política manufatureira, o que necessitaria também de outras disposições psicológicas que as longas lutas da Reconquista não favoreceram, nem na Espanha nem em Portugal, e que às novas oportunidades, dentro da tradição de luta ao Infiel, propagação do Cristianismo e aventura, tão bem correspondiam. Sem falar na conjuntura geral de expansão do comércio internacional e das técnicas que favoreciam e incentivavam tal direção. O caso, também, da expulsão dos mouros e judeus, em Espanha e Portugal, já depois da descoberta da América, está igualmente ligado mais a um fenômeno de conjuntura, que tornava a medida possível, apesar da duvidosa vantagem a longo prazo. O fato de preferirem os ibéricos ser guerreiros conquistadores do Novo Mundo onde, acreditavam, os aguardava ouro e escravos, permitia dispensar os laboriosos marranos, moçárabes ou judeus, com confiscações de bens, grossas propinas obtidas dos perseguidos e satisfação às agruras populares desviadas sobre a minoria acossada.

A questão, pois, inicialmente considerada, sobre a existência de excedentes populacionais em Portugal como base de uma política de conquista e emigração decorrente, a princípio limitada porém já superior as suas disponibilidades e depois muito larga, só se justifica em relação à organização econômico-social que não podia absorver a capacidade de trabalho de seus homens. A prova da contradição dessa emigração está na lei que a tornou ilegal, em 1720, apesar de provocada por um aumento exagerado devido ao estímulo das minas do Brasil.

Conjeturamos se, passado o período semi-nômade e de técnica muito rudimentar das comunidades e quando já se constituem em Estados nacionais dentro de territórios bem demarcados e capazes de manter a integridade pela união e afinidade étnica, os movimen-

(3). — Transcrito in *Vida e obra do Infante D. Henrique* por Vitorino Nemésio, Coleção Henriquina, Lisboa, 1959, p. 102.

(4). — In *Épocas de Portugal Econômico*, de João Lúcio de Azevedo, Livraria Clássica Editôra, Lisboa, 1929, p. 66.

tos migratórios, em sua maioria, não ocorrem pela incapacidade de adaptações e aproveitamento da força de trabalho de sua população, em ritmo capaz de evitar sua perda e desajustes conseqüentes. E há, ainda, os estímulos que conjunturas favoráveis provocam no sentido de uma migração para lugares de possibilidades mais largas.

Realmente, o crescimento das populações, quando não ocorrem catástrofes como as do século XIV, é sempre mais rápido que a capacidade de reformas capaz de absorver a crescente força de trabalho ou de uma racionalização que evitasse a perda dessa força e sua conseqüente transformação em maior produção e riqueza nacionais e mundiais. Mas, parece-nos, será sempre impossível uma rapidez equivalente de reformas pelo que ela implicaria em quebra constante de normas, métodos e até mentalidade, mesmo em um futuro mundo altamente racionalizado, salvo no aspecto da possível previsão e providências antecipadas de um universo predominantemente apoiado na ciência e na técnica mas ainda inimaginável. E quanto menos técnica mais apegada é uma sociedade a formas tradicionais de organização, é claro. Por outro lado, se é compreensível a impossibilidade de maiores reformas e providências mais profundas e amplas devido às limitações naturais de cada época, dentro delas mesmas ou em fases mais recentes, sobretudo após a Revolução Industrial, certos problemas de migração não foram melhor orientados ou atenuados devido ao apego a formas arcaicas ou a incapacidade dos seus dirigentes, em grande parte reflexo do desinterêsse das classes dominantes, em promover reformas possíveis e necessárias.

Vejamos o caso das migrações do Nordeste do Brasil.

Até que ponto têm as migrações nordestinas origens em um excedente de população e até onde estão vinculadas à organização sócio-econômica com suas implicações políticas, não só no Nordeste como no Brasil inteiro, é caso para se ponderar. A afirmação de que é diferente a organização do Nordeste em relação a do Centro-Sul também só é verdadeira em uma mínima parte, talvez mesmo em casos mais particulares do que gerais. Apesar do maior progresso do sul por razões circunstanciais e que se refletiram sobre a sua economia desde pelo menos a descoberta das minas, vinda do rei de Portugal para o Brasil e mais precisamente para o sul, onde recebia contribuições obrigatórias de tôdas as demais províncias da colônia para manutenção dos milhares de componentes da Côrte, além de questões de solo, clima e produção em relação com as mudanças da economia mundial, temos ainda de considerar que o Brasil é um todo unitário e centralizado de longa data e, assim, certas formas arcaicas de organização não teriam subsistido se não tivessem apoio ou, pelo menos, o desinterêsse da classe dirigente, sempre recrutada de modo tão restrito no Brasil. No fundo, uma estrutura arcaica no Brasil inteiro foi pre-

servada, embora haja as diferenças nas grandes cidades do litoral, influenciada porém a vida geral do país pelo arcaísmo das formas dominantes no interior e que predominam através dos representantes apenas dos proprietários nas Assembléias e nas Câmaras de Deputados, pois o povo analfabeto não tem direito a voto e assim não tem quem defenda esta massa, isto é, a maioria dos habitantes da zona agrária do Brasil. O interêsse publicitário da imprensa também os esquece, pois se volta para o luzir e a variedade das cidades e assim fica desamparada a população rural e o progresso geral do país, pois predomina a rotina, a tradição cheia de mitos e o desconhecimento da realidade agrária entre a maioria da população alfabetizada sem informações suficientes e absorvida pelas dificuldades crescentes de vida e que, sômente muito pouco, relaciona com a situação geral e estrutural da nação.

Acompanhemos as migrações do Nordeste desde a época colonial e, não só algumas das principais medidas, mais ou menos ocasionais ou de eficácia duvidosa e certo tipo de medidas desencorajantes oficialmente tomadas, por uma falta de visão nacional sob certos pontos inexplicáveis, não fôsse a política geral de interêsses unilaterais e naturalmente vencida pelas regiões econômica e politicamente mais fortes. Esta política predominou de modo absoluto até período bem recente, característica de épocas de atraso técnico e ausência de planificação geral e foi apenas superada, em parte, após a organização da SUDENE, dado o perigoso desequilíbrio que o país já não podia ignorar. Tal política, suicida e estreita, não podia deixar de agravar as condições de desajuste sócio-econômico da região e favorecer os elementos mais arcaicos e menos progressistas que pela alta posição tradicional eram os mais ouvidos pelos poderes nacionais. Elementos nem sempre nascidos nesta posição, mas logo integrados nas atitudes tradicionais da classe quando nela ingressavam pois, as vantagens e a indiferença com que as autoridades locais e centrais fecharam os olhos aos abusos a favorecia, apesar de permitir o agravamento da situação arcaica e, muitas vêzes, anti-social. Anti-social porque indo contra as transformações naturais que o tempo, novas técnicas, crescimento da população e desenvolvimento econômico-social requeriam, a preservação da situação só podia ocasionar desajustes e pauperismo maior. Ao lado disso, qualquer incentivo em obras básicas, câmbio para aparelhamento industrial, financiamento ou outros estímulos que os elementos mais progressistas e de formação técnica necessitavam eram sempre negados e, até as percentagens para obras tidas por indispensáveis e estabelecidas por lei, após 1932, eram raramente liberadas. A questão de ignorar-se êstes fatos e até chegar-se a tecer inverdades sôbre o Nordeste tinham objetivo, também, de isenção de culpa e permanência da situação

através da acusação de incapacidade de sua gente. Faz parte, também, de uma visão retrógada e conservadora pois, não contribui para a modernização e desenvolvimento do país cuja economia é forçosamente complementar e, ajuda os elementos mais atrasados da região que encontram nessa atitude um apóio, dificultando a integração das massas camponesas e que constitui o maior problema para o aproveitamento econômico e reorganização do Nordeste. Questão não só nordestina como nacional, o aproveitamento da força de trabalho dessa considerável mão-de-obra seria transformação de um problema em riqueza e prosperidade nacional, com suas implicações na produção agrária e geral, desenvolvimento do mercado interno necessário ao equilíbrio e estabilidade da indústria pela maior oferta de alimentos, aumento do poder aquisitivo e consumo de grandes massas trabalhadoras.

Vejamos a evolução da expansão dessa população no território nacional e analisemos as causas mais atuantes no processo dos movimentos migratórios inter-regionais.

Apesar de assinalar-se sêcas no Nordeste desde o início das primeiras explorações, tendo sido mesmo um obstáculo a penetrações mais intensas e razão de uma concentração mais vigorosa na zona da mata atlântica, foram os fatores geo-econômicos, no entanto, que ocasionaram a permanência de grande população na faixa litorânea. As terras adequadas para o cultivo da cana, o interesse da Corôa nessa cultura facilitando a obtenção de financiamento na Europa, as facilidades de acesso a portos naturais para os embarques de açúcar numa economia forçosamente exportadora, a abundância e qualidade do pau-brasil fornecendo uma base econômica inicial, as facilidades de comunicação marítima com a Europa e as outras capitanias, eis o que teria de concentrar uma população nunca demasiadamente numerosa para maiores expansões sem uma necessidade premente, uma vez que era promissora a exploração agrícola adotada. Apesar disso, a criação de gado foi responsável por uma ocupação bem maior do que antes se admitiu, originando o famoso ciclo do gado de que nos falou Capistrano. Em breve a região estava ocupada pois é comum ler-se nos documentos sôbre doações de sesmarias as dificuldades de encontrar-se terras sem ocupação ou proprietários, desde os fins do século XVII (5).

De qualquer modo, desde a época holandesa mais se intensificou a ocupação do Agreste e região do São Francisco por pernambucanos e baianos, inclusive para evitar a requisição de gado pelos holandeses, intensificando-se a ocupação destas áreas. O combate ao Qui-

(5). — *Documentação Histórica Pernambucana. Sesmarias*, vol. I (1689-1730), Secretaria de Educação e Cultura, Biblioteca Pública, 1945, em especial a p. 11.

lombo dos Palmares após a expulsão dos holandeses também intensificou a colonização em Alagoas e Agreste pernambucano, inclusive por bandeirantes paulistas que tomaram parte na luta contra os negros fortificados, e que receberam sesmarias na região. Desde o início do século XVII, aliás, criadores de gado já disputavam aos indígenas parte daqueles territórios. Em geral era instalado o regime de propriedades extensas porque a pastagem fora do período chuvoso era precária, isto é, na maior parte do ano, pois as chuvas na região só se verificam por quatro ou cinco meses. O problema da água e da alimentação do gado era difícil e, na época seca, era muitas vezes alimentado por cactáceas e macambira, queimadas e dadas ao gado, como ainda hoje se faz quando falta o pasto (6). Se faltava água no rio cavava-se cacimbas em seu leito a fim de atingir-se o lençol de água subterrâneo. Aproveitava-se também boqueirões e construía-se pequenos açudes com os quais se lutava contra a estiagem. Uma pequena agricultura de subsistência existia desde esta época e até hoje ela se mantém, ampliada desde o século XVIII pelos pequenos proprietários do Agreste e serras do Sertão. Hoje, reduzidas a maioria das pequenas propriedades a minifúndios pelas contínuas divisões de herança, nem por isso deixam de ser uma das fontes de abastecimento das cidades, apesar de entrarem em colapso quando a estiagem é mais forte. É o minifúndio a outra face do latifúndio pois poucas terras sobram para a maioria dos agricultores e é entre estes que as partilhas são mais intensas pois, não têm com que comprar as partes dos outros herdeiros e estes não têm interesse em se desfazer das únicas terras e tipo de trabalho ao seu alcance. Apesar disso são agricultores de excelente capacidade de esforço e iniciativa pois, apesar de condições tão desfavoráveis, ainda conseguem excedentes e são os responsáveis, em parte, pela oferta de alimentos aos centros urbanos (7). Reconhece um recente estudo, do Departamento de Agricultura e Abastecimento da Sudene sobre os agricultores do Nordeste, que:

“Uma grande parte desta população, localizada nas zonas do Agreste e Sertão nordestino e mesmo em algumas áreas da zona úmida, desenvolve um tipo de agricultura, que, não obstante o baixo padrão técnico, reflete consideráveis potencialidades empresariais. Queremos nos referir àquêles agricultores arrendatários e parceiros que, trabalhando em relações de produção altamente desfavoráveis, e sem contar, praticamente, com nenhum apóio técnico e financeiro,

-
- (6). — Manuel Correia de Oliveira Andrade, *A pecuária no Agreste pernambucano*, tese de concurso à cadeira de Geografia Econômica da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade do Recife, Recife, 1961, p. 56.
- (7). — *Plano Diretor de Desenvolvimento Econômico e Social do Nordeste*, 1961-1963, Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE),

conseguem sobrepujar com o próprio esforço tôdas estas dificuldades, assumindo, inclusive, todos os riscos da exploração” (8).

Desta área é que, devido a concentração demográfica que tem crescido em vista dos brejos úmidos e às precárias condições de vida, têm saído grandes vagas de emigrantes para as cidades maiores da região, Recife principalmente, bem como para o centro-sul do Brasil. No século XVII, no entanto, a agricultura era apenas para subsistência local, não sendo o povoamento muito intenso devido ao tipo de pecuária extensiva. O aumento viria no século XVIII com as dificuldades da indústria do açúcar devido à concorrência da América Central, ao mesmo tempo que o algodão dava oportunidade para lucrativa produção no Agreste e no Sertão, ocasionando migrações de população da Mata para o interior semi-árido (9), região toda ela situada no Polígono das Sêcas. Por outro lado o florescimento das minas no centro-sul do Brasil, não só atraía a mão-de-obra até então de preferência concentrada na região canavieira do Nordeste como incentivava a criação de gado no interior daquela região, incentivando também o afluxo de imigrantes vindo da zona da Mata cuja economia atravessava um período de dificuldades grandes. Como se vê, não era o fenômeno das sêcas que estava provocando êsses deslocamentos consideráveis de população, mas a busca de trabalho e as necessidades de mão-de-obra em explorações econômicas promissoras. Observa-se, também, que a produção tradicional do açúcar hibernava mas não se dispunha a modificações substanciais. Como assinala o economista Celso Furtado, devido ao sistema de escravidão instalado, a economia açucareira podia resistir pois o

“crescimento se realizava sem que houvesse modificações sensíveis na estrutura do sistema econômico. Os retrocessos ocasionais tampouco acarretavam qualquer modificação estrutural. Mesmo que a unidade produtiva chegasse a paralisar-se, o empresário não incorria em grandes perdas, uma vez que os gastos de manutenção dependiam principalmente da própria utilização da força do trabalho escravo. Por outro lado, grande parte dos gastos de consumo do empresário estava assegurada pela utilização dessa força de trabalho. Destarte, o crescimento da empresa escravista tendia a ser puramen-

Recife, Divisão de Documentação, 1966, p. 119; Manuel Correia de Andrade, *A terra e o homem no Nordeste*, Editora Brasiliense, São Paulo, 1963, pp. 24-25, 141, 151-168.

- (8). — *Colonização e Reforma Agrária — subsídio para uma política de colonização agrícola para o Nordeste*, por Dirceu Pessoa e Jorge Coelho, Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), Divisão de Documentação, Recife, 1965, p. 28.
- (9). — Manuel Correia de Oliveira Andrade, *A pecuária no Agreste...*, *ob. cit.* pp. 61-67; Manuel Correia de Andrade, *A terra e o homem...*, *ob. cit.*, pp. 4-6, 25.

te em extensão, isto é, sem quaisquer modificações estruturais. As paralizações ou retrocessos nesse crescimento não tendiam a criar tensões capazes de modificar-lhe a estrutura. Crescimento significava, neste caso, ocupação de novas terras e aumento de importações. Decadência vinha a ser a redução dos gastos em bens importados e na reposição da força de trabalho (também importada), com diminuição progressiva, mas lenta, no ativo da empresa, que assim minguava sem se transformar estruturalmente” (10). E, mais adiante, diz o mesmo autor: “A unidade exportadora estava assim capacitada para preservar a sua estrutura. A economia açucareira do nordeste brasileiro, com efeito, resistiu mais de três séculos às mais prolongadas depressões, logrando recuperar-se sempre que o permitiam as condições do mercado externo, sem sofrer nenhuma modificação estrutural significativa” (11).

Nessa organização havia pouco lugar para o trabalhador livre e. com a migração para o interior, a valorização do gado para a região mineira, uma maior cultura de subsistência em um meio de mais independência do homem pobre e, depois, a compensadora cultura do algodão para o mercado externo, além da cultura do café, após 1840 e importante até 1920 na região, verificou-se um aumento considerável da população no Agreste e Sertão. A cêra de carnaúba também tornou-se importante desde os meados do século XIX. A área para a manutenção desta população tinha seus limites, porém, nas grandes porções semi-áridas impróprias à manutenção de uma concentração excessiva de população, bem como nos latifúndios que monopolizavam as melhores terras, utilizadas na criação de gado e na plantação de algodão ou cultura de valor comercial quando circunstâncias especiais favorecem a um determinado produto. A vinda da família real portuguesa para o sul do Brasil e a crescente produção do café que encontrou condições ideais nesta região, bem como as primeiras dificuldades no tráfico de escravos encarecendo extraordinariamente o preço dos mesmos, ocasionaria a atração das correntes migratórias para os centros econômicos em ascensão e o abandono das regiões de economia em crise prolongada, incapazes de oferecer trabalho e sustentação a grandes massas obreiras. Ocorria também a irremediável decadência das minas do centro-sul. Mesmo os engenhos de açúcar, apesar de sua capacidade de resistência às crises econômicas, com a prolongada estagnação e a grande elevação do preço do escravo começam a vendê-los em grande proporção para as fazendas de café, após 1860, sobretudo a Bahia, chamada então

(10). — Celso Furtado, *Formação Econômica do Brasil*, Editora Fundo de Cultura, 1963, p. 67.

(11). — *Ibidem*, p. 68.

a Nova Guiné (12). De qualquer modo, as dificuldades da obtenção de escravos, em um país de economia agrícola em larga escala e quase exclusiva, fez com que o preço a tal ponto se elevasse que a escravidão em certas regiões se tornou realmente anti-econômica para as economias estagnadas e depauperadas. Havia ainda a disponibilidade de uma mão-de-obra que crescia em país de economia tão pouco monetarizada e onde a terra se mantinha monopolizada pela tradicional minoria proprietária. A abolição veio reforçar essa disponibilidade de mão-de-obra sem meio algum de subsistência e foi consolidado o costume de obter-se parte substancial da produção do agricultor analfabeto e sem acesso à terra com os sistemas de parceria, meiação e outras formas de pagamento não monetário e sem garantia alguma, conservando o homem em uma sujeição e nível de vida tão mísero como o do escravo que o antecedeu. Ainda mais, a organização arcaica que assim se prolongou não tinha capacidade nem ao menos para aproveitar essa mão-de-obra abundante e barata, desde que as exportações não podiam aumentar suficientemente em virtude da concorrência de outros países e, uma cultura para abastecimento interno lhes parecia pouco interessante além de esbarrar na falta de mercado que o sistema não permitirá se constituir, da mesma forma que a formação de técnicos. Assim é que cada ano as migrações foram se tornando mais volumosas, em busca de trabalho em certas épocas apenas como condição de sobrevivência, noutras na esperança de melhor situação ou remuneração. As sêcas periódicas agravaram esse processo de abandono das regiões atingidas, agravando a situação já precária do trabalhador da zona da Mata e as condições dos proletários das cidades do Nordeste pois, antes de se dirigirem às cidades do centro-sul os emigrantes vêm às cidades de certa expressão da região. Muitos permanecem nessas cidades, sendo responsáveis pelo exagerado crescimento de alguns núcleos e excedendo sua capacidade de aproveitamento da mão-de-obra sempre em aumento, assim como agravando seus problemas de abastecimento, serviços públicos, alojamento e muitos outros. O interior assolado não tem, também, como é óbvio, condições para resistir aos efeitos de estiagens mais prolongadas, uma vez que uma economia depauperada e que dirige a região não conseguiu nem resolver o problema básico de sua economia, substituindo-a por outra mais rentável ou reorganizando-se de maneira diferente. Assim o problema vai sempre se agravando e, lembrado mais espetaculosamente por ocasião das sêcas que lançam aos olhos da nação as populações esquecidas do interior do Nordeste, acabou por reclamar medidas mais eficien-

(12). — J. Fernando Carneiro, *Imigração e Colonização no Brasil*, Universidade do Brasil, Publicação Avulsa, Nº 2, Rio de Janeiro, 1950, p. 22; Manuel Correia de Andrade, *A terra e o homem...*, ob. cit., pp. 91-96.

tes que as ajudas momentâneas aos flagelados. E' quando a solução foi encarada em termos apenas de açudagem e água, com a criação do Departamento Nacional de Obras Contra as Sêcas, em 1908. Os resultados cada nova grande estiagem demonstrava, com as mesmas fugas de populações das zonas flageladas para as cidades, nas mesmas condições dramáticas de miséria e abandono. E' que o problema era mais profundo e a sêca apenas o acentuava. Realmente, pouco antes da metade do século XIX, às vésperas da revolução Praieira, em Pernambuco, alguns vultos já tinham percebido certos males mais graves da organização sócio-econômica, como se evidencia nas críticas que, com surpreendente lucidez para a época, faziam pela imprensa do Recife. Assim, a má distribuição de terras; o abandono de parte delas devido aos grandes latifúndios enquanto a maioria dos agricultores não tinha terreno onde plantar; o monopólio do comércio pelos portugueses e a exclusão de brasileiros nos numerosos estabelecimentos; o problema da falta de indústria e de meios de vida para os artífices nacionais; a necessidade da regulamentação da vida econômica pelo Estado para evitar o desajuste econômico-social; a relação entre a falta de meios de vida e os solicitadores de emprêgos; a falta de capitais para movimentar a indústria canavieira ou qualquer outro empreendimento e que proporcionava aos agiotas estrangeiros ocasião para juros exagerados e opressivos bem como o ódio popular, sobretudo aos portugueses, devido a esta forma de especulação financeira ou sobre as necessidades alheias; a concorrência de produtos estrangeiros tirando aos artífices as possibilidades de trabalho; a necessidade do Estado promover a instrução, assegurar trabalho a seus cidadãos e amparo no caso de velhice ou moléstia, além da defesa dos princípios liberais, comum na época. Tudo isso era ventilado pela imprensa pernambucana, revistas e livros e, entre os vultos que mais se distinguiram ressalta-se Antônio Pedro de Figueiredo, Abreu e Lima, João de Barros Falcão de Albuquerque Maranhão, Afonso de Albuquerque Meilo, Ignácio Bento de Loyola, Romualdo Alves de Oliveira, Borges da Fonseca, o famoso República e que se tornou um dos líderes da Revolução Praieira (13). Nem todos êstes tomaram parte na rebelião de 1848 em Pernambuco, mas é interessante assinalar como, desde meados do século XIX estavam equacionados nestes artigos a maioria dos problemas básicos do Brasil. Assim, vejamos alguns trechos, selecionados pelo historiador pernambucano Amaro Quintas, em uma série de publicações (14) de grande interesse para qualquer estudo sobre a época e a

(13). — Amaro Quintas, *O sentido social da Revolução Praieira*, Imprensa Universitária, Recife, 1961, 3ª edição, pp. 16-19, 22-29.

(14). — Amaro Quintas, *O sentido Social...*, ob. cit.; *O espírito "Quarante-Huitard" e a Revolução Praieira*, Separata do Nº 40 da "Revista de His-

organização sócio-econômica do Nordeste. Sobre o monopólio das terras com suas repercussões na falta de produção para consumo interno e falta de trabalho para a população local, escrevia Antônio Pedro de Figueiredo em “O Progresso” em 1847:

“Esta região que se estende sobre todo o litoral da nossa província até uma profundidade de 10, 12 e às vezes 15 a 18 léguas para o interior, se acha, como se sabe, dividida em engenhos ou propriedades cuja dimensão varia desde um quarto de légua quadrada até 2 e 3, e até 4 e 5 léguas quadradas. Como a cultura da cana exige uma qualidade de terras particular, que se não encontra por toda a parte, segue-se daí, que, afora as terras de cana, as matas que lhe são necessárias e as terras de que carece para os seus bois e a plantação de mandioca, indispensável ao alimento dos escravos, a maior parte dos engenhos possui vastas extensões de terrenos incultos, terrenos que seriam eminentemente próprios para a pequena cultura, e que, se fossem cultivados, bastariam para fornecer com abundância farinha, feijão, milho, etc. a toda a população da província e das províncias vizinhas e até para a exportação. Ora, os proprietários se recusam a vender estes terrenos, e até a arrendá-los. Se possuídes 30 ou 40 contos de réis, então podereis comprar um engenho; mas se sois pobre, e quizerdes comprar ou arrendar algumas gerias de terra, não achareis! E’ isso o que faz que a população improdutiva das cidades, a classe dos solitadores de empregos publicos se augmente todos os dias, que os crimes contra a propriedade se tornem mais freqüentes e o paiz se empobreça de dia em dia, em consequência do augmento do número dos consumidores, no entanto que o dos produtores permanece estacionário; ou ao menos não cresce senão em proporção muito mais lenta” (15).

Comentários que se pode dizer atuais, pela lucidez com que via a realidade de sua província e pela continuação da situação até os dias de hoje — basta ver a análise nos Planos Diretores da SUDENE — sobretudo quanto ao abastecimento das cidades e a falta de trabalho para a população da região.

Ainda no mesmo sentido, estes comentários:

“Hoje mais de 3/4 da população da nossa província se acha concentrada à beira do mar e numa profundeza de 10 a 15 léguas; mas lá, quase com poucas exceções todas as terras pertencem a um

tória”, São Paulo, 1960; *Antônio Pedro de Figueiredo, o Cousin Fusco*, Separata do Nº 34 da “Revista de História”, São Paulo, 1958. O Prof. Amaro Quintas fez valioso estudo sobre a época da Revolução Praeira em Pernambuco, além de ter selecionado trechos de muitos autores daquele período e promovido a reimpressão de uma das mais significativas publicações da época, “O Progresso”, (1846-1848) fundada e redigida por Antônio Pedro de Figueiredo.

(15). — In Amaro Quintas, *O sentido social...*, ob. cit., pp. 14-15.

pequeno número de grandes proprietários que delas mal cultivam uma mínima parte e recusam vender o resto. Daí vem que 200 ou 300.000 dos nossos concidadãos, mais porventura, vivem em terras de que podem ser despedidos dentro de poucas horas; humildes vassallos do proprietário, cujos ódios, partido político, S. C., são obrigados a esposar.

Nêste fato da grande propriedade territorial, nêsses novos *latifundia*, deparamos nós a base desta feudalidade que mantém diretamente, sob jugo terrível, metade da população da província, e oprime a outra metade por meio de immenso poder que lhe dá esta massa de vassallos obedientes" (16).

Sôbre o monopólio do comércio pelos portuguezes e estrangeiros, outra fonte de trabalho de onde eram excluídos os nacionais, escreve Borges da Fonseca em "O Nazareno", de 1843:

"temos as artes, q'iam nasendo mortas ao nasedouro, por esa barbara concurrensia estrangeira, de modo q'o estrangeiro já nos importta telha tijolo e cal, de modo q'nossos sapateiros, alfaiates, ferreiros S. C., já não podem tirar o mesquinho lucro da mão d'obra, porq'o estrangeiro enxe o mercado de sapatos S. C., mais barato" (*sic*) (17).

E Ignácio Bento de Loyolla escrevia na "Voz do Brasil", em 1848:

"Não menos de seis mil cazas de commercio a retalho se achão em pernambuco, e todos ellas de estrangeiros: assim logistas, quitandeiros, taberneiros, armazeneiros, trapixeiros, assucareiros, padeiros, cazas de rôpa feita, de calçado, funileiros, tanueiros & tudo he estrangeiro. Cada huma dessas cazas tem 3 e 4 caxeiros todos portuguezes; calculemos porem a dois, e teremos doze mil caxeiros, com seis mil patrões, dezoito mil portuguezes que nos excluem do commercio" (18).

E, em outro artigo, ainda em 1848:

"Existem na rua da Praia para mais de 120 marinheiros no commercio de carne secca, e apenas 3 Brasileiros" (19).

Marinheiro, era um dos apelidos habituais com que se designava os portuguezes comerciantes no Recife, insinuando-se sua origem fora do Brasil.

Muitos outros trechos poderíamos citar sôbre o assunto, inclusive a questão do empréstimo a juros altos, feito pelos portuguezes

(16). — *Ibidem*, p. 13.

(17). — *Ibidem*, p. 32.

(18). — *Ibidem*, pp. 32 e 35.

(19). — *Ibidem*, p. 35.

enriquecidos com o comércio, acarretando a indignação e até o ódio popular. Preferimos porém, citar mais um trecho de Antônio Pedro de Figueiredo que, em dias tão longínquos e numa sociedade tão rotineira e apegada a esquemas individualistas em relação aos problemas da propriedade, escrevia estas palavras, surpreendentes em sua época, pela visão avançada sobre planificação econômica:

“Nós também pretendemos, é que o governo, como representante da sociedade inteira, intervenha nos fenômenos da produção, distribuição e consumo, para regula-los e substituir pouco a pouco uma ordem fraternal ao desgraçado estado de guerra que ora reina nestas importantes manifestações da atividade humana” (20).

A rebelião praieira adotaria algumas dessas idéias, pois muitos dos vultos citados tomariam parte no movimento. No Manifesto ao Mundo (1 de janeiro de 1849), obra de Borges da Fonseca, republicano que aderira ao movimento e se tornara um dos seus líderes, destacam-se os seguintes itens, pelo seu sentido sócio-econômico:

O trabalho como garantia de vida para o Cidadão Brasileiro (item 3);

O comércio a retalho só para os Cidadãos Brasileiros (item 4);
Extinção da lei do juro convencional (item 9). (21).

Contra a revolução Praieira ficara o grupo dos senhores de engenho, negociantes enriquecidos e seus representantes, os que se beneficiavam direta ou indiretamente com o monopólio das terras ou do comércio. Vencida a rebelião não mais se poderia esperar reformas ou preocupações com a falta de trabalho e meios de subsistência para a população que aumentava. A estrutura latifundiária escravocrata se reforçou e, não fôsse a perseguição ao tráfico dos escravos por parte dos ingleses, maior consolidação teria se verificado.

Podia-se esperar melhores dias e atitude mais moderna com a Abolição e a República. No entanto, após a vitória desses movimentos a estrutura agrária não foi tocada. A Abolição e a República foram adotadas em sua forma exterior apenas, pois permaneceu a infra-estrutura que condicionou a servidão dos agricultores sem terras e dos membros das profissões liberais sem outra classe a quem prestar serviços que não fôsse a mitoria latifundiária e o comércio ligado aos interesses internacionais.

A reorganização da indústria do açúcar em melhores padrões técnicos, no último quartel do século XIX, imperativo econômico para melhorar a qualidade do produto a fim de mantê-lo no comércio internacional, se evitou uma derrocada rápida do parque industrial açucareiro do Nordeste, com a instalação das modernas usinas, agra-

(20). — *Ibidem*, p. 23.

(21). — *Ibidem*, p. 39-40 nota 7.

vou certos aspectos do problema geral da região. As modernas fábricas de grande capacidade de produção necessitavam sempre de maiores quantidades de canas, ampliando a monocultura e, por conseguinte, a concentração de terras. Não só essa concentração afetou os meeiros e foreiros que se entregavam a outras culturas, em combinação ou não com o cultivo da cana, como chegou até a encerrar a atividade dos numerosos banguês dos antigos engenhos que ficaram de “fogo morto”.

O processo de divisão de terras ocasionado pelas heranças no correr dos séculos e que tendia a estabelecer um número crescente de propriedades médias, não só foi interrompido como sofreu um movimento contrário. Assim as Usinas passaram a controlar vários engenhos, outrora independentes, e a comprar terras em enorme escala, a fim de que não faltasse matéria-prima à altura da capacidade de suas máquinas. A expulsão geral de foreiros, por proprietários de engenho ou usineiros que alugavam suas terras, após a guerra, para cultivo da cana estimulado pelos altos preços que alcançava o açúcar, foi a causa direta e progressiva da organização das famosas Ligas Camponesas (22).

Desde o início do século, também, a expansão grande que alcançaram as estradas de ferro no Nordeste, permitiram trazer a cana de lugares cada vez mais distantes, intensificando a monocultura e a área de influência das usinas. Muitos dos antigos senhores de engenho, sobretudo após 1950, quando desapareceram praticamente os últimos banguês, tinham passado de banguzeiros a proprietário-fornecedor e até a fornecedor-rendeiro antes de, muitos deles, terem definitivamente se retirado das terras de seus antepassados e das atividades agrícolas (23). Mas as sucessivas crises provocadas em geral pela retração do mercado internacional, particularmente entre 1923-1930 e em períodos mais recentes, ocasião em que se intensificou o aluguel de sítios aos foreiros, fez também muitas usinas ficarem de “fogo morto” (24). Surgiu a época de usinas absorverem usinas e grupos que controlam várias fábricas, numa impressionante concentração agro-industrial. O que sustentou, em grande parte, a relativa prosperidade da indústria açucareira, apesar das sucessivas crises ocasionadas pelas contrações do mercado externo em épocas normais, foi o crescimento do mercado interno e o baixo preço da

(22). — Manuel Correia de Andrade, *A Terra e o homem...*, *ob. cit.*, p. 108.

(23). — Manuel Correia de Andrade, *A Terra e o homem...*, *ob. cit.*, pp. 101-102, 105-107; Mário Lacerda de Melo, *Paisagens do Nordeste em Pernambuco e Paraíba*, Conselho Nacional de Geografia, Rio, 1958, pp. 112-113, 115-117.

(24). — Manuel Correia de Andrade, *A Terra e o homem...*, *ob. cit.*, pp. 46-47, 98, 101, 103.

mão-de-obra nordestina. Estes fatores foram afetados quando, face às dificuldades de transporte para o sul, uma vez que nossa marinha mercante fôra praticamente eliminada pelos submarinos do Eixo nazi-fascista durante o segundo conflito mundial e a ligação rodoviária Nordeste-Sul era ainda mais precária do que hoje, o produto foi escasseando e alcançou altos preços no mercado, justamente em fase de crescimento. Coincidiu com a política de erradicação dos cafêzais e os industriais do sul se voltaram para a fabricação do produto em que praticamente estava concentrada tôda a industrialização do Nordeste. Por outro lado o advento do Estatuto do Trabalhador Rural fêz os salários elevarem-se cinco vêzes mais, o que provocou a quebra do equilíbrio entre os custos da produção no Nordeste e no Centro-Sul.

Vê-se, pois, que a origem próxima da crise atual na indústria que ocupa milhares de nordestinos e grandes populações no interior agrário está ligada não só às agruras habituais de uma economia de exportação de produtos tropicais com número crescente de produtores em todo o mundo como, também, à concorrência no interior da nação por uma região de economia mais forte, com maiores meios e mais próxima dos grandes mercados consumidores, assim como as alterações no preço da mão-de-obra regional e a ausência de uma infra-estrutura, principalmente estradas e transportes mais abundantes no Nordeste, à semelhança da existente no centro-sul (25). Assim, o problema das migrações inter-regionais continuava porque as causas maiores, tão bem analisadas pelos estudiosos da época da Praieira, permaneceram, do mesmo modo que não foi feita uma planificação econômica mais geral, no plano nacional.

A industrialização diversificada e visando o mercado interno, de significação apenas em época mais recente, não poderia a curto prazo modificar as limitações estruturais da economia brasileira. Essa industrialização não contou sequer com as garantias de uma política nacional constante (26) que a protegesse da concorrência das potências estrangeiras e, em vários aspectos, é até hoje ainda ameaçada. Pois atrás da política econômica do país está a tradição da economia colonial exportadora de produtos tropicais ou matérias-pri-

(25). — *Na caldeira do açúcar amargo — A didática da crise (II)*, “Jornal do Commercio”, caderno II, p. 1, Recife, 18 de maio de 1967, respostas ao questionário enviado ao Presidente da Cooperativa dos Usineiros de Pernambuco.

(26). — Nícia Vilela Luz, *A luta pela industrialização do Brasil*, Difusão Européia do Livro, São Paulo, 1961, pp. 18-29, 35-42, 45-60. Antônio Pedro de Figueiredo, “*O Progresso*”, Reedição pela Imprensa Oficial, Recife, 1950, p. 221, escrito de 1846; Cário Prado Júnior, *História Econômica do Brasil*, 4ª edição, Editora Brasiliense Ltda., São Paulo, 1956, p. 301.

mas (27), além dos produtores latifundiários e monocultores, ainda muito influentes. Seus representantes estão interessados apenas em uma produção exportadora de visão econômica estreita porque incapaz de criar um mercado interno de demanda larga, solidário por interesses recíprocos, e esforçam-se apenas em continuar a produção de base monocultora tradicional, de tipo colonial, e sujeita às perigosas oscilações do comércio internacional. Daí porque a renovação industrial aplicada às usinas nordestinas, incrementando de maneira ainda mais intensa a monocultura, não teve o mesmo efeito econômico e social que acompanha outros tipos de indústria (28). Apesar dessa corrente, a industrialização que visava o mercado interno foi favorecida com a crise mundial de 1929 e as crises do café por ter cortado as grandes importações, devido à falta de disponibilidades, bem como pelas duas guerras mundiais, inclusive pela ausência da intensa concorrência estrangeira durante os conflitos e a necessidade de certas concessões a que a guerra obrigou, como foi o caso do financiamento da usina siderúrgica de Volta Redonda. Mas o arcaísmo da organização agrária, em períodos frequentes de crise, tem sido um obstáculo a maior oferta de alimentos necessários à população industrial e urbana e ao maior desenvolvimento de um mercado interno indispensável pelos estímulos recíprocos que cria. Esse problema tem sido dos mais sérios à industrialização do Nordeste. A incapacidade da estrutura agrária modernizar-se e atender às novas solicitações da economia tem sido, também, o maior responsável pelo aumento das correntes migratórias cujo contingente é constituído, sobretudo, pelos homens do campo sem terras. É por ocasião das grandes sêcas que o país tem atentado para êle. E, em grande parte, foi o impacto ocasionado pelas sêcas que levou a medidas mais efetivas, por parte dos poderes públicos, em relação aos problemas do Nordeste. Assim, a grande sêca de 1877-1878 foi a responsável remota pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Sêcas, em 1908. O problema foi então encarado em termos apenas de água e açudagem. A grande estiagem de 1932 reforçou a idéia da necessidade de resolver-se o problema das sêcas e daí a inclusão na Constituição de um artigo destinado a reservar uma verba especial para a luta contra as sêcas no Nordeste. Mas o programa continuava fundamentalmente o mesmo de água e açudagem, além da abertura das

(27). — Cáo Prado Júnior, *História Econômica...*, *ob. cit.*, pp. 20-23, 41-43, 104-105, 203-204, 213-214, 216, 221-222, 291-292, 300, 305-306, 315, 326; *Evolução Política do Brasil e outros estudos*, Editora Brasiliense Ltda., São Paulo, 1953, pp. 17-21; Celso Furtado, *Formação econômica...*, *ob. cit.*, pp. 16-18, 116, 118, 122-124, 129-131, 276-277; *Uma economia dependente*, Ministério da Educação e Cultura, Os cadernos da Cultura, Departamento de Imprensa Nacional, Rio, 1956, pp. 8-12, 12-14, 44-45.

(28). — Celso Furtado, *Formação Econômica...*, *ob. cit.*, pp. 276-277.

frentes de trabalho, em obras mesmo na região, estradas e açudes, para a ajuda aos flagelados. O que foram os resultados dêste programa demonstra bem o ressurgimento do mesmo quadro, e nas mesmas proporções, à cada nôvo flagelo. O programa de combate às sêcas era disperso e descontínuo e, mesmo em têrmos de açudagem, era muito incompleto. As providências de complementação dos objetivos de contenção das águas muito raramente eram executadas, inclusive irrigação das terras circunvizinhas, introdução de fauna ictiológica para pesca nos açudes e ilógico sistema de arrendamento das terras beneficiadas (29). Havia também a utilização política para exploração eleitoral interferindo nas obras necessárias, além de irregularidades de que eram acusados os intermediários na aplicação das verbas e providências necessárias. Além disso, essas verbas eram muitas vêzes cortadas e só existiam para o Nordeste no artigo da Constituição.

Foram de nôvo duas sêcas catastróficas, sobretudo a de 1958 no período em que o país gastava desmesuradamente para construir uma cidade monumental no centro do Brasil, cortando para isso as verbas mais essenciais em todo o país o que, diante do impacto emocional provocado na nação, ocasionou a criação de um organismo de planejamento geral do Nordeste, para uma política de desenvolvimento. Outros fatores também concorreram para a medida e entre êles as tensões político-sociais em todo o país e mais intensas no Nordeste onde, não só o problema era mais agudo como, a consciência e o interesse pela questão criava um clima de inconformismo e luta que inquietava e abalava o país inteiro. Progresso de conscientização conseqüente também ao desenvolvimento mais rápido do Brasil após 1930 e mais ainda após a II guerra mundial. O progresso geral refletiu-se no plano técnico e cultural e assim as pesquisas e estudos, em especial sôbre nosso país e nossas realidades passaram de um plano utópico e derrotista para um plano objetivo do estudo das estruturas e seu relacionamento às conjunturas locais e mundiais, com as implicações na tradição e nas formas de organização econômica e social, sobretudo na dos povos de passado colonial. O que era estudo isolado antes do desenvolvimento crescente das cidades brasileiras tornou-se sistemático e de forte interesse para uma parcela considerável da população do país. No Nordeste também êstes estudos

(29). — Albert Robaux, *Recursos de água no Nordeste — Estudos e Pesquisas necessários ao seu aproveitamento*, Ministério da Agricultura, Departamento Nacional da Produção Mineral, Avulso 78, 1953, Rio, pp. 21-26; Hilgard O'Reilly Sternberg, *A sêca de 1951 no Ceará*, Separata da "Revista Brasileira de Geografia"; Paulo Vageler, *Contribuição para o Problema da Sêca*, "Revista Brasileira de Geografia", nº 1, Ano XV, 1953, IBGE, pp. 156-161.

eram feitos, além dos escritos por técnicos de outras regiões e que alcançavam grande difusão — protestava-se, também, contra os cortes tradicionais de verbas necessárias e a situação de câmbio preferencial concedida aos estados mais ricos do Centro-Sul e negado aos estados do Nordeste. A consequência era que, também, as poupanças do Nordeste procuravam as áreas mais remuneradoras e mais amparadas do Centro-Sul. A êsse respeito diz o Relatório da Sudene em 1965, na página 21:

“O processo de industrialização do País, definitivamente consolidado durante os anos cinquenta, não favoreceu o Nordeste”... “Os estímulos criados aos empreendimentos industriais, sob a forma de elevação dos preços dos bens importados e os subsídios governamentais, mediante a manutenção de uma taxa de câmbio favorecida para a importação de equipamentos, foi o bastante para transferir, durante um longo período, considerável parcela da poupança gerada no Nordeste para o Centro-Sul.

Como centro-primário exportador, as divisas nordestinas, resultado do seu comércio exterior, passaram a ser utilizadas pelo Centro-Sul para industrializar-se”, etc. “A forma compensatória adotada foi a transferência de recursos públicos, que se elevam rapidamente durante as crises decorrentes das irregularidades de precipitação pluviométrica. Este processo dava uma falsa impressão de ajuda à Região”, etc. “Na realidade, essa forma de atuação somente serviu para descaracterizar a função do Governo no Nordeste, por motivos de sua incorreta orientação voltada para um tratamento apenas assistencial, enquanto os setores produtivos da economia, aqueles que mais diretamente contribuem para a formação da riqueza, que criam formas de emprêgo permanente, se estiolavam por força da evasão da poupança regional” (30).

As consequências de tal política, mantida por tantos anos, junto com as condições estruturais do Brasil e do Nordeste agrário, só podia acelerar o processo de pauperismo da região, aumentando o exôdo de suas populações. Sobre êste abandono do Nordeste pela sua população mais pobre, escreveu o Pe. Leuret, em 1955, quando aqui veio à convite da CODEPE, organismo que antecedeu a SUDENES a fim de cooperar nos estudos preliminares de planificação regional:

“julgamos que se trata do maior fenômeno de migração espontânea que jamais se verificou na História. E’ um fenômeno colossal e marca bem o distúrbio em que se encontra o Nordeste e o caráter forçado da retirada dessas populações, pois que os nordestinos

(30). — *Relatório das atividades da SUDENE em 1965*, Divisão de Documentação, Recife, 1966, p. 21.

são muito ligados à sua paisagem local e somente emigram na contingência de fugir para não morrer” (31).

Foi para modificar uma situação já insustentável e que era de interesse nacional alterar que o Governo Federal, ao mesmo tempo que continuava os grandes gastos com a construção acelerada de uma nova capital, criou a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) em dezembro de 1959 mas que, só começou a receber as primeiras verbas para realização de programas no segundo trimestre de 1962.

Como escreveu o Pe. Lebret acêrca do sentido nacional dos problemas do Nordeste, comparando-o aos territórios da Itália do Sul:

“no interior de uma Nação tôdas as regiões são complementares. Perceberam que não pode haver prosperidade durável se houver uma zona colonial no sul da Itália. A situação é exatamente semelhante no Brasil e os Estados privilegiados do sul compreenderão, pouco a pouco, a nosso ver, que o desenvolvimento nordestino é de interesse dêles, porque será êste desenvolvimento que assegurará a prosperidade do País, a sua segurança total de grande potência. E’ preciso ter sempre em mente que o Brasil terá 100 milhões de habitantes em 1980 e que será, nesse tempo, a quarta ou quinta potência do mundo em população” (32).

Situação atual no Nordeste:

Apesar da área vulnerável às sêcas ocuparem no Nordeste quase 80% do total (33) e contribuírem para o agravamento do problema alimentar e de sobrevivência das populações nordestinas, atuando como acelerador dos processos migratórios (34), não podemos atribuir às mesmas a principal causa do êxodo, uma vez que o fenômeno é constante e crescente, não cessando nos anos em que a sêca não se abate sôbre a região. A taxa de crescimento da população também é elevada, entre 2,2 e 2,5% ao ano (35), sobretudo tendo de considerar-se as limitações de certas áreas mais vulneráveis às sêcas, como a zona do Sertão e certos trechos do Agreste. Essa realidade determina uma distribuição necessariamente desigual de po-

(31). — Lebret, Louis Joseph, *Estudo sôbre desenvolvimento e implantação de Indústrias, interessando a Pernambuco e ao Nordeste*, Série Planificação Econômica, III, Comissão de Desenvolvimento Econômico de Pernambuco, Recife, 1955, p. 13.

(32). — *Ibidem*, pp. 21-22.

(33). — João Gonçalves de Souza, *Plataforma para o Nordeste*, Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste, Divisão de Documentação, 1964, p. 21.

(34). — José Hesketh Lavareda, *As migrações internas do Nordeste — Caruarú um dos seus centros detentores*, Separata do Instituto Joaquim Nabuco, Vol. XX, Recife, 1962, p. 15.

(35). — *I Plano Diretor de Desenvolvimento Econômico e Social do Nordeste*, ob. cit., p. 116.

pulação nas 3 zonas, ocasionando concentração natural na mais estável e fértil que é a da Mata, com 27% da população do NE, mas aproximadamente 5% de sua área (36), provocando grande concentração de habitantes. Note-se que aí se localizam as capitais dos Estados e as grandes plantações de cana e usinas de açúcar. Mais que uma grande população, porém, o que levou ao êxodo em proporções alarmantes os habitantes da região foi a estrutura agrária arcaica, o apêgo dos empresários a um sistema e a um ciclo passado, espécie de saudosismo econômico, fatal quando se torna obsoleto e se recusa a reconhecer a inviabilidade da volta de condições que a concorrência internacional não mais permitirá e que conduziu, pouco a pouco, a um exaurir de forças responsável, em grande parte, pela perda da influência necessária à manutenção ou expansão de uma infra-estrutura requerida para o desenvolvimento e equilíbrio do Nordeste. Ilusão que não é rara, pois, vemos a mesma insistência no caso do café que enfrenta problemas mais ou menos semelhantes, apenas iniciado em época e anos mais recentes. Claro está que é a população mais modesta, egressa de uma Abolição sem preocupação de medidas necessárias à sobrevivência e manutenção da liberdade dos antigos cativos, que tem de dar a cota mais alta de sacrifícios para a preservação dessa organização e isso se traduz na subnutrição, nas doenças, na mortalidade infantil elevada, no baixo nível de vida e nos movimentos migratórios internos. Essa migração tem sido em certos casos muito útil à conquista e desbravamento de novas regiões para o Brasil mas, certamente, menos útil que um desenvolvimento mais equilibrado e sólido da economia brasileira. De qualquer maneira o fenômeno se agravou de tal modo que a nação não pode mais ignorá-lo, pois, tem sido motivo de tensões e ameaças à paz social do país. Fácil é perceber a responsabilidade da estrutura agrária, considerando o analfabetismo e a origem rural da maioria (37) dêsses imigrantes, quando se considera os seguintes dados:

de uma população de 25 milhões de nordestinos vivem no campo aproximadamente 18 milhões ou seja 3/4 da população (38);

-
- (36). — Manuel Correia de Andrade, *A terra e o homem do...*, *ob. cit.*, p. 14.
(37). — Mário Lacerda de Melo, *As migrações para o Recife — I — Estudo Geográfico*, Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, MEC, Recife, 1961, pp. 41-52; Levy Cruz, *As migrações para o Recife — IV — Caracterização Social*, Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, MEC, Recife, 1961, pp. 41-56; Antônio Carolino Gonçalves, *As migrações para o Recife — II — Aspectos do Crescimento Urbano*, Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, MEC, Recife, 1961, pp. 8-11.
(38). — *I Plano Diretor de Desenvolvimento Econômico e Social do Nordeste*, *ob. cit.*, p. 273; João Gonçalves de Souza, *Plataforma para...*, *ob. cit.*, p. 15.

1/3 da área da Mata (propriedades com mais de 1.000 hectares) é ocupada por menos de 1% de proprietários (39) e 1/3 da área do Nordeste apenas por 2% de proprietários.

É elucidativo o quadro abaixo, de acôrdo com os elementos fornecidos pelo geógrafo Manuel Correia de Andrade, em extraordinário trabalho de pesquisa e levantamento de dados sôbre “A terra e o homem do Nordeste” (40):

Regiões	Nº de hectares	Nº de estabelecimentos	%	área	%
MATA (litoral oriental)	0-20	46.756	77	232.801	6,7
	20-100	8.272	13,8	354.663	10,3
	100-500	4.133	6,7	1.001.679	29,1
	500-1.000	948	1,5	701.663	20,4
	+ 1.000	529	0,8	1.139.891	33,2
AGRESTE	0-20	135.733	85,1	645.259	14,5
	20-100	18.288	11,4	784.881	17,6
	100-500	4.336	2,7	888.990	20,0
	500-1.000	460	0,3	322.451	7,2
	+ 1.000	522	0,3	1.797.739	40,4
SERTÃO	0-20	206.058	59,1	1.352.350	4,4
	20-100	95.095	27,8	6.869.496	22,9
	100-500	38.889	26,9	8.061.755	26,9
	500-1.000	5.075	1,4	3.294.415	11
	+ 1.000	3.444	0,9	10.323.409	34,5

Vê-se que os estabelecimentos de menos de 20 hectares são os mais numerosos mas ocupam as menores áreas. Entre êstes há muitos com menos de 5 hectares, minifúndios que não permitem uma família subsistir e daí o proprietário alugar seu trabalho a proprietários de terras mais abundantes.

Quanto aos estabelecimentos de mais de 20 e menos de 100 hectares, quando em áreas úmidas, são suficientes à manutenção de modesto porém razoável nível de vida (41).

Esta é a situação dos 568.548 estabelecimentos agrários no Nordeste. O resto da população rural não tem terras e constitui a famosa mão-de-obra abundante e barata da região. Por isso disse o economista João Gonçalves de Souza, em seu discurso de posse, como Superintendente da SUDENE, em 1964:

(39). — Manuel Correia de Andrade, *A terra e o homem... ob. cit.*, p. 45.

(40). — *Ibidem*, pp. 42-45.

(41). — *Ibidem*, p. 44.

“às atividades agrícolas se dedicam 18 milhões de nordestinos. Dêstes, um terço, ou seja, seis milhões, faz da agricultura uma atividade econômica lucrativa: outro terço vive num regime de economia de trocas, enquanto os seis milhões restantes trabalham apenas para sobreviver. O atual ritmo da expansão demográfica, dentro de uma situação de *status quo* econômico, nos levaria ao caos social. O problema rural, portanto, como o industrial, necessita de tratamento imediato ajustado ao planejamento global”. E mais adiante: “Para atender às exigências do abastecimento de grandes centros demográficos do litoral úmido é imperioso adotar fórmulas corajosas e realistas, visando a utilizar parte das terras ora ocupadas pela economia canavieira anti-econômica na produção de gêneros de primeira necessidade para a população. Aqui se pode e se deve iniciar um programa de reforma agrária, democrática e tecnicamente concebida, em que a atividade agrícola em regime de exploração familiar de parte dessas terras seja simultaneamente seguida de medidas práticas de comercialização, amparo financeiro e direta e continuada assistência técnica ao pequeno produtor” (42).

Outro índice grave, é a renda *per capita* apresentada na região e que é a mais baixa do país, conforme os seguintes dados publicados pela SUDENE (43):

Anos	Norte	Nordeste	Centro-Sul
1948	2.306	1.579	4.349
1957	9.851	6.276	19.065
1958	10.583	7.018	22.279

Em 1962 essa renda foi de 33,4 para o NE e 68,1 para o resto do país (44). Informa mais o III Plano Diretor da SUDENE:

“Comparada, entretanto, à renda *per capita* de outros países do Continente, a renda por habitante do Nordeste não atinge a 50% do conjunto da América Latina e, a nível de países, supera apenas a dos residentes na Bolívia, Haiti e Paraguai, e aproxima-se, sem alcançar, da renda média do equatoriano” (45).

Apesar disso, nos últimos anos, o crescimento da renda do Nordeste foi maior, sobretudo em relação ao das outras regiões do Brasil. Informa-nos ainda o III Plano Diretor da SUDENE:

“Com relação à renda *per capita* do país, a percentagem apresentada no período de 1950-1952 foi de 46 por cento, verificando-se uma redução para 43,8 por cento no período 1953-1956. Já em

(42). — João Gonçalves de Souza, *Plataforma para...*, *ob. cit.*, pp. 15 e 19.

(43). — *I Plano Diretor da Sudene*, *ob. cit.*, p. 13.

(44). — *III Plano Diretor da Sudene*, *ob. cit.*, p. 23.

(45). — *Ibidem*, p. 24.

1957-1959 essa percentagem alcança o mesmo nível dos primeiros anos desta série (46 por cento), superando-a nos anos 1960-1962 com uma participação de 54 por cento” (46).

Reconhece as deficiências da estrutura agrária vigente mas que

“as possibilidades de ação da SUDENE são limitadas por uma série de obstáculos de ordem institucional, que lhe impedem de atuar diretamente, a não ser, por exemplo, através do sistema de cooperativas, da execução de projetos-pilotos de organização agrária ou, ainda, da administração de uma política de incentivos aos empreendimentos agrícolas com o fim de modificar a estrutura vigente” (47).

De qualquer modo, como fez notar o Pe. Lebret, em 1955 (48), e como já constava do I Plano Diretor (49), a organização das migrações internas é fator importantíssimo tanto para as populações em movimento como para a ocupação e desenvolvimento das regiões para as quais podem ser encaminhadas. Pois, há sempre um excedente de população nos campos e que deve emigrar, foi a novidade que na época fez ver o Pe. Lebret, grande autoridade sobre as questões de desenvolvimento, em relação a uma visão exclusiva de fixação da população rural que, em toda parte, tem de emigrar em certa proporção e, no caso de países com regiões ainda por colonizar, é de grande e estratégica importância. Assim é que, desde o início foram feitos pela SUDENE planos de colonização, destacando-se os dos vales úmidos do Maranhão, com alargamento da fronteira agrícola do NE e sua incorporação à economia regional bem como, pesquisas de pré-colonização nas bacias de irrigação e nos vales úmidos do litoral e atualmente no Vale do Jaguaribe e sub-médio São Francisco.

Programas importantes, desde que os obstáculos são grandes em relação a uma reforma agrária que todos os planos julgam urgente mas que até hoje não foi realizada. Tanto maior a importância desses planos de colonização porque o crescimento da população brasileira é grande, como aliás o de toda a América Latina e o do mundo em geral, apesar de em certos continentes este aumento verificar-se com menor intensidade. No caso do Brasil, país com extensas áreas ainda a ocupar, o crescimento da população é uma necessidade e a garantia de manutenção da integridade de nosso território, bem como nosso mais sólido esteio para a valorização de áreas onde nenhum outro tipo de imigrante se arrisca nem triunfa.

(46). — *Ibidem*, p. 26.

(47). — *Ibidem*, p. 112.

(48). — Lebret, Louis Joseph, *Estudo sobre desenvolvimento e... ob. cit.*, p. 29.

(49). — *I Plano Diretor da Sudene, ob. cit.*, pp. 19, 237-239.

apesar de receber apóio e ajuda mais ampla, como se viu na extração da borracha durante a II Guerra Mundial, na Amazônia, no Acre e em tantos outros lugares. Parece-nos que já é tempo de aproveitarmos e ampararmos a coragem e a capacidade de trabalho de nossas populações que nada pedem mas que aspiram e têm direito a um lugar no Brasil em que possam trabalhar, consolidando a ocupação nacional do nosso território e contribuindo com seus braços para maior riqueza do país. Dêles disse o Pe. Lebret, técnico de experiência em várias áreas do mundo:

“Há um conjunto de circunstâncias que dá ao nordestino um valor humano excepcional. E isto é um dos maiores fatores, além da sua aptidão para adaptar-se. São pessoas que se adaptam facilmente às atividades modernas. E’ um fato, diziam-nos outro dia em Paulo Afonso: “Pessoas que chegam do sertão, parecendo absolutamente simplórias, em alguns meses se tornam colaboradores preciosos”. Eis aí, portanto, um fator favorável” (50).

Falava o Pe. Lebret dos fatores favoráveis com os quais poderíamos vencer o sub-desenvolvimento e êle colocou em primeiro lugar

“a qualidade humana e as aptidões para a adaptação” acrescentando que “As qualidades humanas do nordestino são excepcionais” (51).

Enquanto isso, entre nós certo grupo acha sempre demais qualquer coisa que se queira fazer pela nossa gente e escandalizam-se ou deturpam qualquer defesa que se faça da necessidade de preservação e amparo dos nossos trabalhadores. O fato é que, qualquer colonização, de estrangeiros ou nacionais, requerem condições mínimas para o êxito e progresso do estabelecimento. São inúmeros os exemplos de fracassos de colônias, estrangeiras inclusive, quando certas condições estiveram ausentes, bem como êxito de colonização nacional se um mínimo de condições lhe foram oferecidas. Assim, regista-se o fracasso de colônias suíças e alemães em Friburgo, amparadas pelo Governo Imperial e mais tarde no Rio Grande do Sul frente aos grandes latifúndios (52); na primeira metade do século XIX a colônia de agricultores alemães instalada em Pernambuco no engenho Cova da Onça e nas colônias fundadas após 1948 no mesmo Estado pela Diretoria de Terras e Colonização e no Rio Gran-

(50). — Lebret, Louis Joseph, *Estudo sôbre desenvolvimento...*, *ob. cit.*, p. 20.

(51). — *Ibidem*, p. 20.

(52). — J. Fernando Carneiro, *Imigração e Colonização*, *ob. cit.*, pp. 40, 48, 50-56.

de do Norte com a colônia de japoneses e brasileiros (53); certas colônias alemãs no sul do Brasil quando não tinham transporte barato ou um pôrto de exportação para seus produtos (54); colônias fundadas por alemães, no Rio Grande do Sul, bem como por italianos, russos, poloneses, eslavos e outros (55); fracasso de franceses e de colonos russos, mas de origem alemã no Paraná (56); algumas colônias alemãs no Paraná (57); etc.

Como salienta Henri Enjalbert em seu excelente estudo sobre “A agricultura Européia na América do Sul” (58), há uma série de fatores que favorece ou desfavorece o estabelecimento de uma colonização em uma área ainda não explorada e, não havendo alguns requisitos básicos, não pode uma colonização sustentar-se. Fato, aliás, inegável, se estudamos objetivamente as experiências realizadas, onde certos elementos básicos como acesso à pequena propriedade, garantias e apôio econômico mínimo, proximidade de estradas e centro consumidor acessível, próximo ou através de portos ou transporte viável, oportunidade de uma cultura de sustentação, salubridade local e outros requisitos mínimos, são indispensáveis para o êxito de qualquer tentativa de colonização, nacional ou estrangeira.

O fato é que essa assistência mínima não tem sido dada ao homem rural, parece, às vezes, que há um interesse que não se pode precisar bem, de manter essa abundante mão-de-obra abandonada, sem dúvida mais fruto de uma visão ignorante que de motivos menos nobres ou egoístas, embora se confunda com êles. A verdade é que se fala tanto em necessidade de maior ocupação e valorização do país mas gasta-se mais facilmente verbas em estudar e promover vinda de imigrantes estrangeiros que de cuidar-se da massa que, dentro do nosso país, aspira pela oportunidade de um trabalho

-
- (53). — Manuel Correia de Andrade, *A Terra e o homem...*, ob. cit., pp. 225-226.
- (54). — Leo Waibel, *As zonas pioneiras do Brasil*, Separata da “Revista Brasileira de Geografia”, nº 4, ano XVII, 1955, Rio, Conselho Nacional de Geografia, 1956, pp. 401-402.
- (55). — Nilo Bernardes, *A Colonização Européia no Sul do Brasil*, Boletim Geográfico, nº 106, jan.-fev. 1952, Conselho Nacional de Geografia, pp. 90-91, 94-102.
- (56). — Pierre Denis, *A Colonização no Paraná*, cap. X da obra “Le Brésil au XX siècle”, Paris, Librairie Armand Colin, 1909, in “Boletim Geográfico nº 100”, tradução de Lísia Maria Cavalcanti Bernardes, pp. 348, 351, 353-355.
- (57). — Preston James, *A expansão das Colônias do Brasil Meridional*, Boletim Geográfico nº 49, Ano V, 1947, p. 32.
- (58). — Henri Enjalbert, *A agricultura Européia na América do Sul* in Boletim Geográfico nº 128, 1955, pp. 483-502; *Problemas de Ocupação do Solo em País Novo*, Boletim Geográfico, nº 127, 1955, pp. 371-391.

menos incerto ou um pouco de terra em que pudesse prover sua subsistência e a da família, mesmo em condições menos razoável que as oferecidas aos imigrantes estrangeiros. Nenhuma colonização tem êxito sem um mínimo de condições, é a conclusão unânime de todos os estudiosos da questão. Ressalte-se que, nas experiências anteriores de colonização em um período de planejamento quase ignorado, o que se verificou foi, quando da existência de pequena propriedade, transporte e estradas, centro consumidor próximo ou acesso fácil da produção ao mercado e salubridade da região, a colonização progredia. Quando faltavam estas condições a colonização, em geral, fracassava, não importa a nacionalidade do grupo.

A precariedade em que vive o nosso homem rural (59), sem qualquer espécie de assistência jurídica, econômica, social ou de qualquer tipo que se possa imaginar é que é o maior responsável pela sua marginalização e ineficiência quando tem de executar trabalho em que, aliás, na maior parte das vezes é apenas explorado e nenhuma retribuição condigna lhe é oferecida.

A verdade é que, sem negar a contribuição do imigrante estrangeiro, um programa prioritário de assistência ao nosso homem rural se impõe porque é condição mesma de desenvolvimento do Brasil. Enquanto não se compreender que a batalha pela integração do homem rural brasileiro a uma vida econômica minimamente estável é a própria batalha pelo desenvolvimento do Brasil, muito pouco poderemos progredir. Os obstáculos a essa integração são, sem dúvida, consequência da sobrevivência de um sistema hoje arcaico e anti-econômico mas que impregnou profundamente a mentalidade brasileira, inclusive pela permanência demasiado longa da escravidão abolida apenas há 79 anos.

Não precisaríamos mais que consultar a nossa História e ouvir os estudiosos em questões agrárias e de desenvolvimento, nacionais ou estrangeiros, para confirmarmos o quanto êste aspecto tem retardado a solução do problema de desenvolvimento do Brasil.

*
* *
*

(59). — José Veríssimo da Costa, *Casa do Agregado*, Revista Brasileira de Geografia, nº 3 Ano IX, 1947, Instituto Brasileiro de Geografia, p. 452. Nestor Duarte, *Reforma Agrária*, MEC., Rio de Janeiro, pp. 27-28.

INTERVENÇÕES.

Do Prof. *Luís César Bittencourt Silva* (Faculdade Fluminense de Filosofia. RJ.).

Pergunta se a mudança de dinastia em Portugal não seria produto de uma classe que, privada do domínio da terra, desejava pelo comércio, um melhoria nas suas condições sociais e econômicas?

*

Da Profa. *Maria da Glória Alves Portal* (FFCL. de Baurú. SP.).

Diz que Autora parece distinguir um desenvolvimento interno e outro externo, para um mesmo país, no campo sócio-econômico.

Pareceu-lhe que a emigração concorria antes para o desenvolvimento do sistema econômico-mercantilista, no seu aspecto colonial, do que estava ligada à impossibilidade de um desdobramento do sistema econômico-social.

*

Do Prof. *José Alves de Figueiredo* (FFCL. de Crato. CE.).

Afirma que no sertão sêco a vida normal, fora do período da calamidade climática do Nordeste, é muito mais farta do que em zonas úmidas a exemplo da mata pernambucana.

*

Da Profa. *Alice Piffer Canabrava* (FCEA. da USP.).

Em primeiro lugar, cumprimentou a Autora pela excelente contribuição sôbre a História da colonização e migração no Nordeste que trouxe ao Simpósio. Afirma que a Profa. Célia Freire d'Aquino Fonseca teve a gentileza de se referir a um seu trabalho durante a sua exposição. Agradece a referência e deseja apenas acrescentar algumas palavras. Diz que num estudo que publicou há anos atrás, sôbre o desenvolvimento do açúcar na área antilhana, o problema da decadência da produção açucareira estava vinculado à transferência da técnica de produção do Brasil para as ilhas inglesas e francesas daquela área. Desejava acentuar, e o fez em trabalho recente sôbre a obra *Cultura e Oportunidade do Brasil por suas drogas e minas* de João Antônio Andreoni. A decadência da produção do açúcar brasileiro, do século XVIII, enquadra-se num contexto mais completo e mais amplo, do que podia sugerir nas ilhas antilhanas no

século XVII. De fato, o açúcar passou, de um mercado de concorrência, e justamente numa época em que o produto, longe de ser ainda bem de consumo das camadas populares, era usado sobretudo pelos abastados e como remédio, como refere Andreoni. Mas a importância de outros fatores da produção, além da técnica, devem ser equacionados: o preço da mão-de-obra escrava, que sofre a concorrência das outras potências no mercado africano, além da que sofre no mercado interno, pela exploração do ouro. Lembra também o encarecimento do cobre e do combustível, cujas fontes de suprimento estão cada vez mais distantes. É difícil, portanto, acentuar a importância de um fato, sem ter presente a complexidade do problema.

*

Da Profa. *Maria Yeda Linhares* (FFCL. da UFRJ. GB.).

Diz que vai fazer apenas três observações:

1a.). — Elogia calorosamente a Autora pela contribuição que trouxe ao Simpósio a presença do Brasil, através do tema mais palpitante da sua atualidade: o homem e a terra do Nordeste.

2a.). — Julga desnecessário para o entendimento do problema abordado, na sua atualidade, o preâmbulo referente a Portugal, não tendo ficado clara a correlação entre as duas épocas históricas.

3a.). — Embora não seja questão fundamental, discorda da utilização da categoria “burguesia” para o grupo social ligado à expansão marítima e comercial portuguesa em pleno século XIV. Reconhece, no entanto, que o assunto é controvertido e principalmente irrelevante no contexto do trabalho, pelas razões já expostas no item anterior.

*

Da Profa. *Maria Regina da Cunha Rodrigues Simões de Paula* (FFCL. da USP.).

Inicia sua intervenção apresentando cumprimentos à Autora pela sua erudita comunicação e solicita esclarecimentos sobre um problema que lhe tem dado muito que pensar: a responsabilidade que caberia à estrutura agrária no movimento de revolta do Nordeste. Pois, por duas vezes, ao abordar a posição dos intelectuais de Recife nas vésperas da Revolução praieira e na expulsão dos foreiros, a Autora tocou no assunto. Ora, parece-lhe tratar de classes sociais nitidamente distintas, embora relacionadas e num mesmo meio.

Pergunta, pois: haveria no caso uma diferença ou uma associação?

*
* *
*

RESPOSTA DA PROFA. CÉLIA FREIRE D'AQUINO FONSECA.

Ao Prof. *Luís César Bittencourt Silva*.

Diz que, evidentemente, a mudança de dinastia não foi apenas o resultado da ação de uma classe, apesar de ter sido importantíssima essa ação. Pois havia a questão da herdeira legítima do trono ser casada com o rei de Castela e isso significava a perda da independência portuguesa, pela qual secularmente vinham lutando. Justamente o povo e a classe ligada ao comércio marítimo compreenderam isso e qual era, no caso, o seu interesse e daí o apoio dado ao Mestre de Avis. D. João significava, pois, um rei português e a manutenção da independência nacional. Os interesses da classe popular e da incipiente burguesia correspondia, pois, ao interesse da nação. Por outro lado, convinha à nova dinastia desviar do reino os guerreiros armados e que D. João não tinha meios para recompensar. A Reconquista estava também terminada e, não sendo conveniente distúrbios de fronteiras com Castela, o desvio dos guerreiros para a conquista de Ceuta correspondia à antiga tradição de cruzada e luta contra os infiéis. Correspondia, também, aos interesses da estabilidade do trono, ao aproveitamento das energias da população sem terras e que a organização econômica não permitia abserver melhor, e ainda, aos interesses de expansão comercial das cidades. Tanto assim, que seriam estes últimos, os financiadores das expedições.

*

À Profa. *Maria da Glória Alves Portal*.

Declara que não separa os dois aspectos, mas parece-lhe que o movimento externo teve seu impulso inicial na impossibilidade de um maior desdobramento do sistema econômico-social. No trabalho escrito analisa mais detalhadamente o problema, ligado às questões em que tocou ao responder à pergunta formulada pelo Prof. Luís César.

*

Ao Prof. *José Alves Figueiredo Filho*.

Afirma que certamente é verdade ser a alimentação no sertão nordestino superior a da Zona da Mata, quando não há sêca. Aliás, o Prof. Josué de Castro ressaltava esse aspecto em seu livro *Geografia da Fome*, quando estuda a alimentação nas várias regiões do Brasil. Mas aproveita a ocasião para informar que, consultando os Planos Diretores da SUDENE tomou conhecimento de que a produção de alimentos no Nordeste é inferior às necessidades de sua população e esse é um dos aspectos da dificuldade encontrada na implantação de indústrias, pois a concentração conseqüente de trabalhadores exige um abastecimento certo e a preço acessível. É também um dos aspectos de que se ocupa a SUDENE, visando levar avante os planos de desenvolvimento do Nordeste.

*

À Profa. *Alice Piffer Canabrava*.

Concorda inteiramente com a Profa. Alice Canabrava, que lhe deu a honra de apartear o seu trabalho. Realmente, seu trabalho sobre a produção açucareira nas Antilhas é fundamental e o economista Celso Furtado o aproveita e cita em *Formação Econômica do Brasil*. O fato é que, enquanto o Nordeste era o único produtor mundial de açúcar, ou quase, sua economia, mesmo quando sofresse crise, podia recuperar-se com certa facilidade. A concorrência que a produção nas Antilhas trouxe ao açúcar do Nordeste foi fator decisivo para a decadência da economia da região, ainda mais agravada por outras circunstâncias, sendo, sem dúvida, uma das mais importantes o preço do escravo. Aliás, tratou do problema no seu trabalho, e como foi êle cada vez mais grave face ao agravamento da crise econômica. Daí a venda dos escravos para os novos centros econômicos em ascensão, primeiro as minas e depois o café. Cita no seu trabalho a denominação sugestiva da Bahia, de “nova Guiné” em relação a essa venda de escravos. Aliás, em intervenção à palestra do Prof. João Cruz Costa, em 1964, em reunião da Escola Prática de Altos Estudos, na Sorbonne, o Prof. Kula, da Polônia, aludiu à teoria de que o escravo era sempre lucrativo; acredita que, justamente, dado o constante agravamento da economia açucareira no Nordeste e o encarecimento contínuo do braço escravo, além do crescimento da população livre sem terras, no Brasil, parece-lhe que este foi um dos casos, realmente, em que o escravo tornou-se anti-econômico. Sobretudo em um país de economia monetária escassa era fácil à classe que monopolizava as terras, apropriar-se de parte substancial da produção dos agricultores sem terras, através do sistema de meação, arrendamento e outros, em que não se pagava ao

trabalhador e não se corria o risco da produção, enquanto era um risco empatar dinheiro em escravos tão caros que podiam morrer, adoecer, etc.

*

À Profa. *Maria Yedda Linhares.*

Agradece as referências generosas feitas ao seu trabalho, coisa que muito a honra. Quanto à correlação entre a situação de Portugal e as migrações do Nordeste: é que quis demonstrar, com mais de um exemplo, que as migrações de populações nem sempre têm como causa principal excedentes de população.

Quanto ao termo burguesia, refere-se sobretudo aos armadores e aos comerciantes das cidades marítimas que tinham ligações com outros centros econômicos e financeiros da Europa e que, parece-lhe, constituía uma burguesia incipiente em Portugal, na época.

*

À Profa. *Maria Regina da Cunha Rodrigues Simões de Paula.*

Agradece a oportunidade que lhe deu para tocar em assunto que está no trabalho escrito, mas que a brevidade do tempo concedido para a exposição do assunto não lhe permitiu.

Diz que realmente a expulsão dos foreiros, quando da valorização do açúcar pouco antes e durante a II Guerra Mundial, provocou o movimento das famosas Ligas Camponesas, pois os agricultores eram expulsos sem prazo possível para encontrarem novos meios de vida e trabalho, muitas vezes esperando-se apenas a colheita das pequenas “roças”. Daí a relação que foi se avolumando e se organizando, pois muitos arrendavam essas terras de longa data, e quando foram alugadas, não interessavam os proprietários.

Quanto aos intelectuais, vivendo nesse meio, vêm a realidade e a denunciam. Daí, porque, são considerados perigosos e, muitas vezes, banidos apesar de não pegarem em armas.

Por outro lado, a concorrência estabelecida no centro-sul, quando da valorização do açúcar, estabeleceu uma concorrência à única grande indústria do Nordeste, que não pode em breve tempo ser substituída (tal como a produção do café que também é excessiva e custa grandemente à nação, mas continua a ser produzido em grande escala). Assim, por falta de uma planificação nacional a crise do açúcar tem custado mais à nação do que o lucro que possa ter trazido para o sul, em planos como os atuais, como a SUDENE por exemplo, pois a situação não mais podia ser ignorada.

No centro-sul foram fatores favoráveis, sobretudo a proximidade dos centros consumidores e a rede de estradas e transportes, enquanto no Nordeste, prejudicado com o torpedeamento de nossa marinha mercante durante a II Guerra Mundial, faltou a infra-estrutura de estradas e transporte. No fundo faltou uma planificação em plano nacional, única eficaz, pois a nação não é apenas um ou outro Estado, mas todos. Esses problemas eram vistos pelos intelectuais e daí serem incomôdos e banidos, muitas vezes, tal como aconteceu em 1848, apesar de não pegarem, geralmente, em armas.